



DO ESTEVES AO MATRAGA: DA SOBREVIVÊNCIA À VIVÊNCIA



FROM ESTEVES TO MATRAGA: FROM SURVIVAL TO LIFE

JOSÉ ROBERTO DE LUNA FILHO

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 28/04/2022 • APROVADO EM 27/06/2022

Abstract

In this work, we argue against Walnice Nogueira Galvão's (2008) proposal that it is impossible to analyze "A hora e a vez de Augusto Matraga" with a secular approach, because there are a lot of religious elements in it. We try to demonstrate that is also very productive that secular hermeneutics, since doing that we are able to consider fictional elements that problematize the search for identity and life meaning that are also presented in the narrativ.

Resumo

Neste trabalho, partimos da leitura que Walnice Nogueira Galvão (2008) realizou a respeito do conto "A hora e a vez de Augusto Matraga", publicado em *Sagarana* (1946). Segundo a autora, seria impossível realizar uma análise do referido conto que não buscasse conferir sentido aos muitos elementos da narrativa. Dessa forma, argumentamos que fazer uma leitura secular da história de Augusto Esteves é não só possível como pode trazer bons frutos. Segundo nossa investigação, é possível considerar central à trama o desenvolvimento do problema da identidade e da busca por um sentido na vida que se desenrola na modernidade, momento em que as essências se perderam.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Guimarães Rosa. *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Modern subject.

PALAVRAS-CHAVE: Guimarães Rosa. *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Sujeito moderno.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

Falar de Guimarães Rosa é, nos dias de hoje, um desafio. Afinal, qualquer pretensão de originalidade, premissa do trabalho científico, é a priori dificultosa, em razão da extensa bibliografia acerca do escritor mineiro. Mesmo quando nos concentramos em obras ou contos em particular, que, por vezes, não foram singularmente analisados em excesso, temos de ter em mente as muitas hipóteses de leitura em torno de um projeto estético mais ou menos unificado desse mesmo autor. Por isso, de uma maneira ou de outra, escrever sobre Rosa é participar de uma deliciosa e infinita contenda de significados. Não há como fugir ao cerco: a obra de Guimarães Rosa é uma cidade sitiada.

Embora seja uma discussão frequente na crítica literária, os analistas da obra roseana parecem particularmente interessados na construção de um sentido global para os escritos que a compõem. Essa busca particular por harmonia se dá, acreditamos, não só por causa da profunda inovação que o escritor introduz na literatura brasileira (e na literatura ocidental), como também pela observável constância e relação que há entre suas ficções, o que nos dá a impressão de que seus personagens estão sempre em um mesmo universo, com as mesmas imprevisíveis leis. Belos exemplos dessa busca por unidade encontramos, por exemplo, nos ensaios de Franklin de Oliveira (1991) e Paulo Rónai (2020). Essa análise composicional envolve sobretudo os elementos religiosos e regionais que há na obra, para, a partir deles, encontrar os muitos enigmas escondidos. Nesse sentido, Rosa se assemelha a João Cabral de Melo Neto, cuja crítica também pressupõe a criação consciente de uma harmonia estética, embora, no caso do primeiro, ela seja mais enigmática.

Sem pretendermos fugir da polêmica, buscamos trilhar um caminho interpretativo distinto. Assumiremos, visto que nada parece contrariar (mas tampouco favorecer), que o sentido das obras singulares que compõem a produção de Guimarães Rosa não precisa ser o mesmo. Isto é, assumiremos que é possível assumirmos uma interpretação particular a um conto sem que tenhamos de nos preocupar com os outros. Nossa posição não busca, por isso, invalidar as outras muitas leituras globais da obra, apenas temos por objetivo fazer uma contribuição modesta e de curto alcance hermenêutico aos muitos sentidos possíveis que habitam o universo livresco de Guimarães.

Dessa forma, a despeito de evidências textuais que haja em favor das hipóteses, justamente por conta da contingência da linguagem, elas não conduzem nunca a uma definição, pois o texto, marcado por um vazio fundamental, nunca se esgota em uma referência (ISER, 2013). Por isso, uma proposição hermenêutica, acerca de um projeto estético ou de uma obra em particular, não precisa ser

assumida necessariamente como regra. Afirmá-lo, aqui, é para nós fundamental, haja vista que pretendemos analisar o conto “A hora e a vez de Augusto Matraga”, pertencente ao livro *Sagarana*, afinal, tanto o conto quanto o livro receberam afirmações contundentes por parte da crítica.

O melhor exemplo desse tipo de afirmação contundente é a de Walnice Nogueira Galvão (2008). A autora, após apresentar-nos um farto repertório de referências religiosas que há no conto, afirma que não seria possível realizar uma leitura que ignorasse tais aspectos. Embora acreditemos que seja excelente a leitura que a pesquisadora apresenta, e que, além disso, de fato, haja bastante evidência textual para suportá-la, discordamos da afirmação de que esse tipo de leitura religiosa seja incontornável. Afinal, como já argumentamos, afirmá-lo seria assumir que as palavras possuem uma referência fechada no mundo. Não estamos adotando uma atitude relativista, no entanto. É evidente que qualquer leitura precisa se basear em evidência textual para se sustentar. Porém a materialidade do texto é ela mesma fragmentária, pois a substancialidade textual (que dá a impressão de que estamos lendo um mesmo texto e que o possamos interpretar de maneiras parecidas) não existe senão por haver uma visão culturalmente compartilhada entre os indivíduos (COSTA LIMA, 2003).

Esse terreno compartilhado na comunicação, que confere a possibilidade mesma de diálogo, no entanto, é ele mesmo instável, de maneira que não há como pensarmos em uma leitura que seja obrigatória. Sempre com base nas evidências materiais do texto, podemos encontrar múltiplas referencialidades distintas, justamente porque a linguagem não nos provê uma forma plena de decodificação do mundo. Aliás, sequer podemos contar com uma versão segura do mundo para funcionar como ponto de comparação entre juízos empíricos (RORTY, 2009). Por isso, pretendemos apresentar uma leitura pouco religiosa do conto de Guimarães, sem, no entanto, buscar um contraponto à leitura de Walnice Nogueira Galvão.

Seguindo uma leitura próxima à de Paulo Rónai (2020, p. 43), que enfatiza a presença de uma “densa humanidade” na narrativa (e daí a sua universalidade), defenderemos a leitura de que Augusto Esteves vivencia, nas brenhas do sertão e a seu modo, um drama que diz respeito à fragmentação subjetiva do sujeito moderno, que, incapaz de tornar-se uno com seu meio e de aceitar o acaso, precisa encontrar um sentido para a sua vida, a fim de aceitar a precariedade da existência. Entretanto, a despeito desse drama, não é um detalhe a presença de elementos regionais na narrativa, pois é precisamente pela exploração do particular que o conto ultrapassa a referencialidade sertaneja, como pretendemos deixar mais claro adiante.

2 ESTEVES: APENAS UM HOMEM

Se Matraga não é Matraga, não é nada, e se Matraga é Augusto Esteves, Esteves é, também, nada. Ou melhor: só é em relação a Matraga. Mas em que sentido Esteves não é coisa alguma? Afinal, sabemos que ele é alguma coisa. Algumas coisas: valentão da cidade, respeitado pelos seus viventes, filho de um coronel da região. Mas quanto isso é suficiente, de fato, para conhecer um homem? Ou melhor, quanto disso faz um homem se conhecer? O que sabemos é que a personagem age diferente

do que nós esperamos. Primeiro, livra Tião de ser alvo de vaia e talvez coisa pior, quando este tenta impedir que os santos sejam desrespeitados com impurezas. Depois, porém, participa desse mesmo leilão, arrebatando Sariema, o que lhe põe em uma relação ambígua com a religião. Logo em seguida, no entanto, passa pela porta da igreja, se persigna e olha para a moça que recém-comprara. O local bem alumado o faz observar a magreza da mulher, por isso a espanta de maneira bastante grosseira.

Neste momento, porém, há uma ambiguidade: terá a lembrança da religião influenciado sua desistência (aliás muito enfática) de Sariema? Não terá Augusto Esteves a visto anteriormente, nem deduzido a magreza das pernas pelo nome Sariema (que é certamente uma referência à ave chamada seriema, cujas principais características são o pescoço e as pernas longos e finos)? Ou a claridade defronte à igreja é também claridade de pensamento, que causa arrependimento após os atos impulsivos diante da multidão, e agora, sozinho, pode-se ver livre do êxtase e refletir melhor nos próprios atos? Até aqui, a relação de Nhô Augusto com a religião é no mínimo curiosa.

Acontece que, a partir daqui, Nhô Augusto, que tinha sua vida em certa estabilidade, vê tudo de repente mudando (de repente, como o clarão da igreja que o faz mudar de ideia em relação à Sariema). Sua esposa foge com seu Ovídio, levando sua filha, e, na hora do revide, descobre que perdeu seus capangas para o Major Consilva. Perdido e desamparado, pois de repente se vê sem tudo aquilo que constituía sua vida (agora, sem os capangas, até a sua propriedade estava ameaçada), Augusto Esteves vai rápido e direto rumo a sua desgraça. Ao entrar na propriedade no Major, é pego pelos seus antigos contratados e levado para ser morto em um lugar deserto. Até que, para nossa surpresa, o personagem, que estava desacordado, levanta-se de um susto ao ser marcado feito boi e cai do penhasco.

Embora Nhô Augusto tenha conseguido a sobrevivência, perdeu a vivência. É salvo por um casal de pretos que moravam, escondidos, perto de onde ele caiu. No entanto, sua vida estava arruinada. Sequer era capaz de vingar todo o mal que lhe tinham feito. Não é de menos que o antigo valentão tenha se tornado criatura tristonha e sofrida, necessitando de amparo. Afinal, fora confrontado com a transitoriedade das coisas – e, em último caso, com a transitoriedade de sua própria vida. Em seu desamparo inesperado, encontra um pai, uma mãe (os que lhe salvaram e dele cuidaram), mas isso não é suficiente para trazer-lhe de volta o ânimo de vida. Tanto que procura uma figura paternal, de autoridade religiosa, o padre, que lhe confere um sentido para vida através de uma curiosa frase: “Deus mede a espora pela rédea, e não tira o estribo do pé de arrependido nenhum” (ROSA, 1996, p. 356).

Certamente não é um detalhe o uso retórico de elementos regionais. Uma pregação em abstrato, cheia de teológicas, talvez fosse ouvida e respeitada por Esteves. Mas será que falaria fundo em sua alma? Será que ele seria capaz de sentir o desejo de perdão? Existe, é claro, aí, uma questão religiosa, afinal, o personagem definitivamente não é ateu, como fica claro. No entanto, parece significativa a parte humana da frase, que joga com as emoções de um sujeito desamparado. Sem a imagem, o antigo Nhô Augusto talvez não fosse capaz de dar um sentido a seu atual estado de desvalido: deve desejar o perdão com a mesma força que deseja a vingança.

A partir daí, Augusto Esteves, aos poucos, retoma suas forças e começa a praticar o amor ao próximo. Mas não o faz senão com uma tristeza bondosa. Afinal, a mensagem cristã do amor incondicional lhe caiu não como um consolo, mas como um sentido para o sofrimento por que passava. Daí por que sofre tanto ao saber das novas de sua terra após o encontro com Tião. O personagem só tolera o sofrimento em razão de eles ser uma vingança divina na sua busca pela expurgação dos próprios pecados. No fim das contas, seus atos anteriores só se tornaram pecados por causa do castigo, do contrário, Esteves provavelmente manter-se-ia o mesmo.

Dessa maneira, a mensagem cristã não lhe foi suficiente, uma vez que, após saber da mulher e da filha, lamenta-se para seus pais-salvadores, dizendo: “era demais o que estava purgando pelos seus pecados, e que Nosso Senhor se tinha esquecido dele” (ROSA, 1996, p. 365). Ou seja, não lhe bastava a ideia de que aquele sofrimento era merecido e importante, ele queria a sua felicidade, o seu bem-estar de volta. Sem ele, lhe pareceria que Deus esquecera de um de seus filhos. Afinal, o personagem não consegue encarnar plenamente o papel de religioso. Augusto Esteves certamente parece muito pouco com Jó, quem sofrera e mantivera a fé sem pestanejar, por ter confiança na bênção futura. O sofrimento do ex-valentão tampouco se aproxima do de Jesus, que sofre, mas jamais duvida do que deve fazer. Há apenas um momento em que Esteves se aproxima de Cristo: quando este, crucificado, em passagem exclusiva do Evangelho de Lucas, pergunta ao Pai por que fora abandonado. Esse é, no entanto, talvez o momento mais humano do Messias.

Tudo muda na narrativa com a chegada de Joãozinho Bem-Bem. Surge mais uma vez, na vida do Augusto Esteves desamparado, uma figura paterna. O forasteiro, sujeito temido e honrado, que comanda um bando perigoso de homens, é o ideal de vida que o protagonista deve recusar. Mas a simpatia por aquele sujeito é inevitável. Afinal, não houve qualquer mudança significativa na moralidade de Esteves, pois ele ainda considera que certos tipos de assassinatos não são errados. Apenas entendeu que, em razão dos castigos que recebera, não era aquele o seu destino. Por isso acolhe tão bem aqueles homens que podem viver a vida que ele gostaria de viver. Agora que ele não pode viver mais como um valentão, decide facilitar a vida e a felicidade daqueles que podem.

Se Augusto Esteves recusa a oferta de integrar o bando de Joãozinho Bem-Bem, o faz tão somente por não encontrar naquela vida o seu dever. Aquela vida, ainda que o convoque, não ajuda a dar sentido às dores sofridas por tanto tempo. Nem serve para apagar os erros (que ele agora considera erros) do passado. Mas ele sabe que ali encontraria felicidade, tanto que é com muito pesar que recusa o chamado do líder para integrar o bando. Entendemos, dessa forma, que até aqui a religião não aparece senão como coisa muito humana, capaz de conferir rumo a uma vida perdida, já que ela não mudou significativamente a relação do protagonista com o passado. Ele parece, por vezes, lamentar mais não poder viver uma vida violenta do que ter pedido a mulher e a filha. Aliás, é como se lamentasse não a saudade delas, mas sim a ofensa a sua honra: por parte da mulher, por havê-lo deixado; por parte da filha, por haver-se perdido no mundo.

Quando se sente bem e feliz com a vida, quando já aceita de bom grado seu fado, decide abandonar o amparo dos pais adotivos e partir para outros lugares, a fim de encontrar sua hora e sua vez. Há que se notar que essa hora e essa vez se tornaram a razão de Augusto Esteves continuar a viver. Afinal, ela vale mais que a

companhia daqueles que o salvaram e mesmo que o pertencimento ao bando de Joãozinho Bem-Bem. Cada um de seus movimentos acontecem em razão dessa busca incansável de uma promessa de felicidade. A certeza desse bem vindouro, e não a simples crença em Deus e em religião, acalma o seu espírito ativo e desvia sua energia para as tarefas que contribuirão verdadeiramente para a chegada dessa felicidade plena. Não precisa mais de qualquer amparo, pois basta-lhe a certeza de que um dia será recompensado. Importante observar que o que ele busca é uma felicidade em vida, não apenas uma felicidade futura pós-morte. Ele busca o que justifique o ato de seguir vivendo, a despeito de todas as dores e humilhações sofridas.

Então Esteves finalmente encontra a sua hora e sua vez. Em suas andanças pelo sertão, reencontra o bando de Joãozinho Bem-Bem. No entanto, este estava para realizar uma vingança demasiadamente cruel: queria matar um inocente, o pai do sujeito que de fato deveria ser vingado. Após ouvir o desgraçado implorar por Deus, Augusto intervém e pede para que não haja sangue. O desfecho é já conhecido do leitor: após o líder do bando recusar o perdão, o beato volta a ser o antigo matador e luta contra todos. Apesar de também morrer, é o último homem da batalha a falecer. Expira feliz, com um sorriso no rosto, pois finalmente encontrou sua hora e sua vez.

Esse ato heroico de Matraga certamente merece atenção especial. Seria esse um ato motivado pela fé? De fato, é uma ação impulsionada por uma força maior, afinal, faz com que Augusto abra fogo contra amigos muito queridos. Mesmo após o episódio, aliás, continua afirmando ser Joãozinho Bem-Bem seu parente, exigindo, inclusive, que seu cadáver seja bem tratado. No entanto, tal ato com certeza não encontra amparo na religião cristã. Ao menos não na doutrina oficial. O ato vai de encontro a toda ideologia cristã do amor ao próximo e da importância de oferecer a outra face ao ofensor. Jesus, mesmo acusado injustamente, se resigna a seus carrascos, por confiança no caráter transitório de todo ato terreno. Além disso, esse ato de Esteves contraria um dos dez mandamentos de Moisés, que foram ditados diretamente por Deus.

É certo que Augusto Esteves salva um inocente que clamou por Deus, mas a que custo? Matou vários homens, com um sorriso no rosto, e ainda morreu sem qualquer sentimento de culpa ou de arrependimento, que garantiria sua salvação, de acordo com as Escrituras. Isso porque pouco importa a realidade da religião. A religião, aqui, importa como fé, como elemento humano que ajuda a dar sentido à existência e à manutenção das dores muitas que há na vida. É o elemento que auxilia a existência corpórea, carne e sangue, como o filho de Deus encarnado, que sofre, se angustia e teme a morte. Matraga, naquele pequeno momento, tornou-se medida do mundo.

Se anteriormente o mundo se rebelou contra ele, roubou-lhe tudo o que tinha de precioso e quase lhe rouba a existência, agora o mundo torna-se novamente um lugar conhecido, doméstico, familiar. Um lar. O sentido da hora e da vez cintilou em sua frente, possibilitando-lhe reconhecer a beleza da existência. Não tivesse acontecido com Augusto Esteves tudo o que lhe aconteceu, exatamente como aconteceu, ele não estaria ali, naquele momento, pronto para salvar um inocente de uma injustiça. Destacamos, nesse ponto, a substância demasiadamente humana do ato, muito pouco mística ou religiosa.

O que há é um sujeito que pôs em parênteses quaisquer princípios morais ou religiosos (e mesmo a sua própria vida) em nome de uma necessidade fundamental: encontrar o seu próprio destino e com ele alegrar-se. No momento em que pôde fazer o bem e o mal, e ainda salvar-se, Matraga conciliou o desejo incontável de matar e a vontade de fazer o bem. Fez o bem fazendo o mal: equilibrou os inequilibráveis, o desejo e o dever. E por isso teve uma morte gloriosa. Terá morrido em nome de um bem verdadeiro? Adentrará aos céus? Que sabemos nós? Sabemos apenas que, em vida, Augusto Esteves Matraga só temeu a morte do sentido.

3 Modernidade nas brenhas do sertão

Já é conhecido o debate, promovido por parte da crítica, sobre a dicotomia entre romance social e romance intimista. Enquanto este se ocuparia de questões existenciais e metafísicas, aquele focaria apenas em questões sociais, particulares, com objetivo de lançar luz a uma realidade esquecida. Durante a década de 1930, no Brasil, esse foi o principal debate crítico (BUENO, 2006). Essa distinção restrita entre ambos os romances era problemática já no período, por haver romances, como os de Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, que realizavam uma síntese entre posições falsamente dicotômicas, tratando de questões humanas através de figuras marginalizadas.

Não é, no entanto, exatamente um problema para a crítica assumir que uma figura como Guimarães Rosa pratica um regionalismo bastante curioso, bastante universal. Apesar disso, afirmá-lo quer dizer pouca coisa, pois, haja vista que o próprio conceito de regionalismo é problemático (CHIAPPINI, 1995), considerar uma obra regionalista diz muito pouco sobre ela. O mesmo se aplica ao abstrato termo “universal”, cujo sentido pode remeter antes a uma cegueira eurocêntrica (COSTA LIMA, 2011). Importa, em ambos os casos, o como. Como se é particular, como se é universal?

O que identificamos, em “A hora e a vez de Augusto Matraga”, é uma síntese muito interessante na aparente dicotomia entre o regional e o global. Afinal, o personagem principal, cuja trajetória acompanhamos, é um sujeito que vive nas brenhas do sertão, lugar cujas crenças e hábitos costumam ser considerados fixos e sólidos por parte da convenção cultural. É por isso que os relatos acerca desses seres costumam ser tão documentais, focalizando as misérias e privações materiais como as causas mais urgentes desse povo. Assim, temos um sujeito que seria, supostamente, muito bem adaptado a seu meio, conhecendo seus perigos e felicidades, vivendo em uma realidade quase paralela à modernização das capitais.

Apesar disso, Augusto Esteves não se defronta com questões de uma vida fechada e pequena. O acaso, que o livra da morte, mas que lhe toma tudo, demanda um profundo trabalho simbólico, a fim de encontrar um rumo e uma razão de seguir aguentando as perdas e as dores. E esse sofrimento existencial está intimamente ligado à vida sertaneja que levava. Não se trata de colocar sofrimentos românticos do século XIX na boca de um sujeito bronco. Trata-se de encontrar, em uma cultura aparentemente fechada e sem espaço para questões metafísicas, problemas existenciais verossímeis. Dessa forma, encontra-se aquilo que, sem ser

abstrato e deslocado de uma vida concreta (ou do que entendemos como uma vida concreta), é múltiplo e se pode deslocar de seu contexto imediato.

É dessarte que podemos falar de uma universalidade no conto. Uma questão universal não é aquela que se repete em qualquer contexto. A universalidade diz respeito ao que tem caráter não substancial, mas processual. É o que existe e funciona no interior de cada cultura, a despeito das contingências, mesmo que de maneira negativa. É o que faz parte de um jogo simbólico que permeia a possibilidade mesma do signo, inescapável. Concordamos com Judith Butler (2020, p. 136):

Afirmar que uma lei é universal não é o mesmo que afirmar que ela opera da mesma maneira em diferentes culturas ou que determina a vida social de modo unilateral. De fato, atribuir universalidade a uma lei pode implicar simplesmente que ela opera como estrutura dominante em cujo interior ocorrem relações sociais. Admitir a presença universal de uma lei na vida social não significa, do modo algum, afirmar que ela existe em todos os aspectos da forma social considerada; mais modestamente, isso significa que a lei existe e que opera em algum lugar em todas as formas sociais.

O que se presta, no conto, ao múltiplo é justamente o drama do sujeito moderno que nele se encena. A modernidade se traduz na busca de um paraíso perdido, pois o signo perdeu sua plenitude, as respostas não mais antecedem as perguntas, como acontecia nas culturas fechadas. Os sujeitos, agora, precisam perguntar, e o sentido para a vida é uma questão fundamental e inadiável, de maneira que ocupa lugar central na literatura ocidental (LUKÁCS, 2009). Tais problemas sobre a existência não são problemas filosóficos abstratos, mas sim práticos. Afinal, ter um rumo é o que possibilita a própria vida. Ao menos para aqueles que não têm um rumo definido, conscientemente ou não.

A mudança cultural, de uma cultura fechada para uma cultura fragmentada na modernidade, deixou como que um vácuo a ser preenchido pelos sentidos que nos são disponíveis. Isso significa dizer que vivemos com uma pergunta nunca respondida, pois é característica do sujeito moderno o autodesconhecimento (e incompreensão) de seus desejos e de seus imperativos morais. É um sujeito em eterno descompasso entre o que quer e o que deve querer (TRILLING, 2014), e não apenas entre o que quer e o que pode. Lembremos, afinal, que é o poder e o querer que Dante qualifica como natureza do divino, nos famosos versos “*vuolsi così colà dove si puote ciò che si vuole*” (ALIGHIERI, 2005, p. 50).

É por isso que Augusto Esteves, quando perde tudo o que tem, tudo o que definia um modo de proceder e de colocar-se no mundo, precisa urgentemente de um amparo simbólico para seguir vivendo. E é por isso, também, que coloca essa busca pelo amparo acima de todas as coisas: e só quando consegue encontrar a resposta, que crer ser a certa, pode aceitar o seu próprio fim e dar por concluída a travessia.

À sua maneira, Esteves mostra a possibilidade de o mundo mostrar-se estranho ou conhecido. Quando perde os elementos de identificação com sua

própria realidade, com seu próprio eu, Augusto precisa reencontrar novamente aquilo que vá tornar o mundo casa, o anseio principal do homem moderno, na definição de Marshal Berman (2009). Tornar o mundo casa é fazer-se medida da realidade, é conhecê-la, saber seu lugar, seu papel a desempenhar, suas relações. A simples crença na religião e o puro conhecimento cultural compartilhado não seriam suficientes para satisfazê-lo. É o padre que alarga seu horizonte semântico (porque nenhuma cultura é plena, mas repleta de vazios, já que o símbolo, por si só, é marcado pela perda (DERRIDA, 2017), de modo que há sempre um espaço de ressignificação de elementos considerados estáveis). É o padre, com sua autoridade e conhecimento, que encontra a palavra necessária, dentro daquele universo, para ser o fito na vida de Matraga.

É por essa razão que Matraga não é nada. Matraga é um mito, uma história, é nome inseparável de sua narrativa. Porque, sem a narrativa da vida, que confere temporalidade e causalidade aos acontecimentos na vida de Augusto Esteves, Matraga não existiria (não à toa o narrador se refere ao protagonista como Matraga apenas no último parágrafo do texto). Augusto Matraga existe pela existência de uma hora e uma vez que considera sua, deixando para trás, mas sem excluir, a vida de Augusto Esteves. Ou seja, “A hora e a vez de Augusto Matraga” não é um regional que se torna universal, é antes universal por ser muito regional, por ser um mergulho na negatividade que habita toda cultura. Não traz, em sua forma, o engano de tratar uma cultura como se fosse um conjunto fechado de símbolos.

Referências

ALIGHIERI, D. **A divina comédia**. Bilíngue. Tradução de Vasco Graça Moura. São Paulo: Editorial Landmark, 2005.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUENO, L. **Uma história do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

CHIAPPINI, L. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.

COSTA LIMA, L. **Mímesis e Modernidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA LIMA, L. **O redemunho do horror**: nas margens do ocidente. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GALVÃO, W. N. **Mínima mímica**: ensaios sobre Guimarães Rosa. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ISER, W. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Tradução: Johannes Kretschner. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 2a. ed. São Paulo: Editora Duas Cidades / Editora 34, 2009.

OLIVEIRA, F. Guimarães Rosa. In: OLIVEIRA, F. **A dança das letras**: antologia crítica. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

RÓNAI, P. A arte de contar em Sagarana. In: RÓNAI, P.; MARTINS, A., C., I.; SPIRY, Z. (orgs.). **Rosa e Rónai**: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

ROSA, G. A hora e a vez de Augusto Matraga. In: ROSA, G. **Sagarana**. 31. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

TRILLING, L. **Sinceridade e autenticidade**: a vida em sociedade e a afirmação do Eu. Tradução de Hugo Langone. São Paulo: É Realizações, 2014.

Para citar este artigo

LUNA FILHO, J. R. de. Do Esteves ao Matraga: da sobrevivência à vivência. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 11, n. 2, 2022, p. 23-32.

O autor

JOSÉ ROBERTO DE LUNA FILHO é mestre em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL-UFPE), com dissertação sobre melancolia e memória no romance S. Bernardo, de Graciliano Ramos. É Bacharel em Letras pela mesma universidade (2019).